

Economia - Brasil

Brasil calculou mal necessidade de novos créditos

Fritz Utzeri

Nova Iorque — Ao fazer a renegociação de sua dívida, de outubro a dezembro do ano passado, o Brasil optou por pedir 4,4 bilhões de dólares em dinheiro novo, total abaixo dos 5 bilhões pedidos pelo México. Mas, o Brasil precisava de algo por volta de 8 bilhões de dólares para fechar as suas contas. A diferença — pensaram na ocasião os negociadores — sairia do chamado **mercado interbancário**, o mercado no qual os bancos (dentro e fora dos EUA) depositam o excesso de dólares em outros bancos que — temporariamente — precisam de liquidez.

Ao tentar conseguir esse objetivo, o Brasil foi levado a uma posição de conflito com vários bancos regionais dos EUA e com os bancos europeus, e vê-se hoje numa posição pior que a do México. Agora, com as novas negociações em curso, o recurso ao interbancário para acertar o balanço de pagamentos foi abandonado. O chamado projeto 4 (busca de recursos no interbancário) deverá ficar em torno dos 6 bilhões de dólares e o Brasil e os bancos deverão anunciar, ainda este mês, o montante do novo jumbo (empréstimo de grande porte) necessário para fechar as contas deste ano e um provável empréstimo para 84. As duas operações estão em torno de 8 bilhões de dólares.

A rebeldia dos regionais

Até a crise de meados do ano passado, o Brasil vinha usando os recursos do interbancário para financiar operações comerciais, mas também para captar, a curto prazo, recursos que eram repassados por períodos de até oito anos ao Governo e às empresas estatais. A manutenção dos níveis do mercado interbancário em 10 bilhões de dólares (como estava no final de 81) ou, pelo menos, em 7,5 bilhões como ficou em junho de 82 — era essencial para que o Brasil pudesse continuar cumprindo seus compromissos. Ai começaram os problemas.

Na ocasião da renegociação, o Brasil deixou o “jumbo” e o reescalonamento da dívida deste ano nas mãos dos grandes bancos de Nova Iorque. Mas a questão do interbancário envolvia uma operação mais delicada, compreendendo cerca de 700 bancos, a maioria bancos regionais e europeus, que já vinham restringindo suas linhas de crédito desde antes da crise do México. Na época, era possível ouvir de zangados banqueiros europeus ou regionais o seu descontentamento por não terem sido consultados e estarem sofrendo uma imposição.

Esses sinais, embora evidentes, não parecem ter chegado aos banqueiros. Tony Gebauer (Morgan) e Gerard Finnerhan (Citibank), os dois “gerentes” da dívida (o Citibank manteve uma posição discreta durante a primeira negociação, ao contrário do que ocorre agora), afirmaram várias vezes que os pequenos bancos acabariam voltando ao mercado, diante do apoio dos grandes ao Brasil, nem que fosse por medo de ficarem alijados dos bons negócios quando a situação melhorasse.

Mas os bancos regionais americanos e os europeus ficaram mesmo fora do mercado, a despeito das pressões e de algumas ameaças — como o envio, em janeiro, pelo Bankers Trust, de um telex a 700 bancos, dando a posição de cada um no interbancário e comparando-a com a “parcela justa” (fair share ou participação desejada — o volume que cada um deveria colocar no 4, determinado pelos grandes bancos de NY). Isto só serviu para indignar os banqueiros “rebeldes” e reforçar sua disposição de ficar fora do projeto 4, posição que mantém até hoje.

O apertão de Volcker

Mas, no final do ano passado, as possibilidades de obter dinheiro no interbancário pareciam fáceis (pelo menos para os grandes banqueiros e as autoridades brasileiras). Afinal, apenas na câmara de compensação desse mercado, em Nova Iorque, a chamada Chips, rodam todo o dia 200 bilhões de dólares (e já houve dia de fazerem a compensação de 450 bilhões). Mas, enquanto os grandes bancos fixavam as “fatias justas” (fair share) para cada instituição, os pequenos acentuavam a sua saída do jogo. Ninguém percebeu ou quis perceber, apesar da atitude aberta dos rebeldes. No dia da assinatura do acordo entre o Brasil e os credores, em dezembro, em Nova Iorque, um número significativo de bancos nem apareceu, mas isto não inquietou os negociadores.

Artigo publicado no último número da revista **Fortune** historia detalhadamente a “guerra” entre os bancos regionais e os grandes bancos norte-americanos, com críticas azedas a Tony Gebauer (ex-negociador principal da dívida), a ponto de citar “sua semelhança com Napoleão, que é mais do que física”. (Como o Imperador francês, Gebauer é baixo e o resto da comparação ficou por conta do seu estilo, voluntarioso e agressivo). Segundo **Fortune**, citando a corretora Keefe Bruyette e Woods, os nove maiores bancos dos EUA emprestaram 16,6 bilhões de dólares ao Brasil, ou 57% do capital desses bancos. O Chase Manhattan tem 2,7 bilhões emprestados ao Brasil (73% do seu capital); o Manufacture Hanover tem um total de 2 bilhões de dólares no Brasil (68% do capital). Mas o mais exposto mesmo é o Citibank, o maior banco dos EUA, com 4,6 bilhões de dólares emprestados, ou 83% de seu capital.

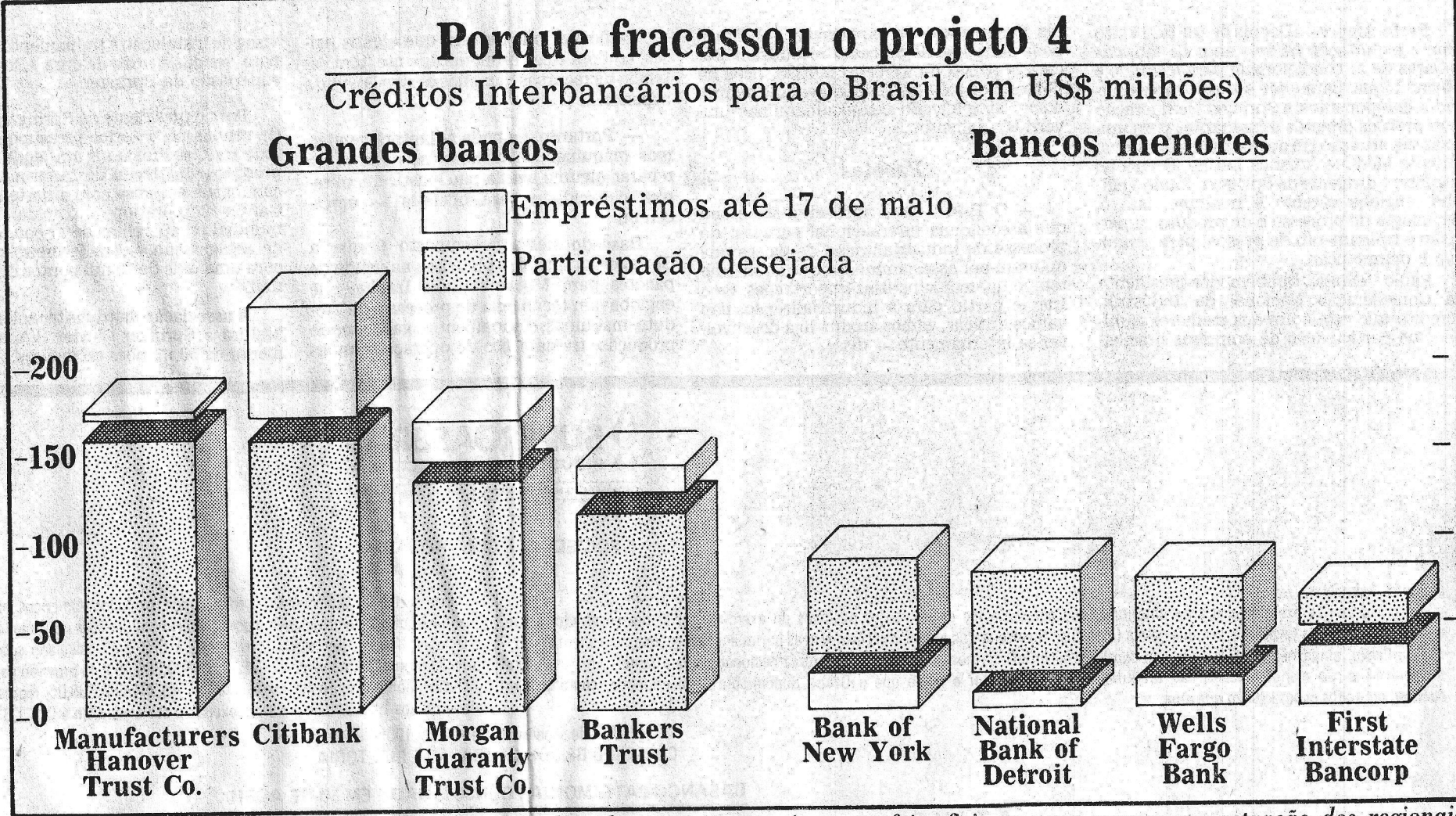
No caso do Brasil não pagar, esses bancos estarão em dificuldades e a questão tem preocupado o Federal Reserve (Banco Central dos EUA), que vem discutindo mecanismos para “salvar” **bail out** os bancos americanos no caso de o Brasil (e outros devedores) não pagar. Mas a perspectiva de um não pagamento ou de uma moratória unilateral parece remota e os bancos continuam negociando. No dia 31 de maio, o **chairman** do Federal Reserve, Paul Volcker, reuniu-se em Nova Iorque com os presidentes de cinco grandes bancos americanos. Manifestou então sua preocupação com a situação do mercado interbancário, diante de rumores de que os brasileiros poderiam congelar os depósitos do interbancário em seu poder, com graves consequências para o mercado.

— Achem um jeito — disse Volcker. Walter Wriston, presidente do Citibank, e Lewis Preston, do Morgan Guaranty, começaram a discutir o assunto com os outros bancos. O Citibank resolveu, em consequência, sair de sua posição de segundo plano e assumir o comando com a indicação de William Rhodes para coordenar a nova rodada de negociações. Em sua última viagem a Nova Iorque, o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, confirmou a nova estrutura dos bancos, que abandonavam a divisão em quatro projetos, para ganharem um comitê de assessoria (14 bancos), um comitê regional (43 bancos) e os subcomitês — como o subcomitê econômico que está no Brasil levantando dados para a negociação de um novo jumbo — algo em torno de 3,5 bilhões de dólares este ano — e discutir as necessidades de dinheiro novo em 84.

O maior trabalho dos bancos, agora, vai ser convencer os regionais a voltarem ao mercado, mesmo para novos jumbos, pois os bancos grandes estão além do limite de suas exposições. Com a nova estrutura, os bancos regionais, europeus, árabes e japoneses serão, pelo menos, ouvidos. Mas a própria complexidade do grupo indica que a negociação será demorada e difícil (como foi a do México). Só que o Brasil não tem mais muito tempo.

ECONOMIA/NEGÓCIOS

Caputo



Os grandes bancos colocaram recursos além do previsto, mas isso não foi suficiente para compensar retração dos regionais